



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**23/10/2015**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	1
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. VARA CRIMINAL.....	2
2.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	4 - 6
3.2. DECISÕES.....	7
4. JORNAL EXTRA	
4.1. DECISÕES.....	8
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	9
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DECISÕES.....	10
6.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	11
6.3. VARA DE ENTORPECENTES.....	12
6.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	13 - 14

## Judiciário transfere comemoração do Dia do Servidor Público para 30 de outubro

O Poder Judiciário do Maranhão transferiu para o dia 30 de outubro (sexta-feira) o feriado em comemoração ao Dia do Servidor Público (28 de outubro).

A medida foi instituída por meio de ato conjunto da Presidência do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (Ato GP nº 06/2015), considerando a Portaria da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Justiça nº 5/2015.

De acordo com o documento, devido ao feriado do Dia de Finados (02 de novembro), os prazos que seriam iniciados ou concluídos no dia 30 de outubro ficam automaticamente prorrogados para o dia 3 de novembro (terça-feira).

## ■ AÇAILÂNDIA ■

# MP realiza palestra sobre Lei Maria da Penha

Teve início na última segunda-feira, 19, a Semana do Outubro Rosa na Unidade Prisional de Açailândia. A abertura da semana foi marcada por uma palestra sobre a Lei Maria da Penha e suas consequências, ministrada pela promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia, titular da 6ª Promotoria de Justiça da comarca.

Além das detentas, participaram da palestra

os funcionários da unidade prisional, agentes penitenciários e presos que estão no regime semiaberto, totalizando cerca de 30 pessoas.

A iniciativa da direção da Unidade Prisional de Açailândia também contou com a presença do juiz da 1ª Vara Criminal, Pedro Guimarães, da secretária de Educação do Município, Maria Luiza Oliveira Vieira, e do diretor da unidade, Bruno Costa.

# Estado é obrigado a nomear aprovados em concurso para área de segurança

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão, em Ação Civil Pública, a Justiça determinou ao Estado, no dia 19, a nomeação dos candidatos aprovados como excedentes no concurso público de 2012 para o cargo de perito criminal, os quais já realizaram o curso de formação promovido pela Academia de Segurança Pública do Maranhão.

A ação foi ajuizada pela promotora de justiça Márcia

Lima Buhatem, titular da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, e a sentença, proferida pelo juiz Clésio Coelho Cunha, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. O prazo de cumprimento da medida é de 30 dias. Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária no valor de R\$ 10 mil.

A sentença judicial determinou, ainda, a criação de núcleo de perícia no interior

do estado, conforme recomendação do diagnóstico da Perícia Oficial do Maranhão, vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública, com a realização de concurso público e nomeação de servidores.

Foi definida, também, a nomeação dos demais profissionais aprovados no concurso público de 2012 e a realização de novo concurso para as vagas remanescentes, segundo mencionado pelo mes-

mo diagnóstico da Perícia Oficial, a fim de incrementar a quantidade necessária de funcionários em cada órgão. Para essas duas obrigações, o Estado terá o prazo de dois anos para cumpri-las.

O concurso, lançado em 2012, ofereceu vagas para os cargos de auxiliar de perícia médica legal, escrivão de polícia, farmacêutico legista, investigador de polícia, médico legista, odontologista e perito criminal.

## União

# 1.400 casais participam hoje de casamento comunitário

Cerimônia coletiva será realizada a partir das 18h, no Centro de Convenções da UFMA, no Campus do Bacanga, em projeto desenvolvido pela Corregedoria Geral de Justiça. Oito mil pessoas deverão comparecer ao ato. Projeto já oficializou mais de 80 mil uniões no Maranhão. **CIDADES 2**

# Casamento comunitário unirá 1.400 casais hoje

Evento, promovido pela Corregedoria Geral de Justiça, acontecerá a partir das 18h, no Centro de Convenções da Cidade Universitária da UFMA oito mil pessoas devem comparecer ao evento

Arquivo

A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) realizará hoje, a partir das 18h, no Centro de Convenções da Cidade Universitária Dom Delgado (campus do Bacanga), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), mais uma edição do casamento comunitário. De acordo com a CGJ, deverão ser reunidos, nesta fase, 1.400 casais.

Ainda segundo a CGJ, deverão comparecer oito mil pessoas ao evento – noivos, familiares e padrinhos, que permanecerão sob a coordenação de 250 colaboradores –, entre servidores da própria Corregedoria e voluntários de órgãos e entidades parceiras. A CGJ esclareceu ainda que a promoção do casamento comu-



Casamento comunitário realizado no ano passado pela CGJ

## BRINDES

### Presentes serão sorteados

Além da cerimônia, os casais que participarão do evento de hoje concorrerão a brindes, como eletrônicos e eletrodomésticos.

nitário, além de servir ao interesse das partes, também promove mais agilidade às ações judiciais.

Para participar do casamento, os interessados procuraram o Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para efetuar as inscrições (feitas em horário comercial). No ato da inscrição, os documentos exigidos foram: cópias do RG e comprovante de residência. Já para os menores de 16 anos (por não estarem emancipados), foi necessária a autorização dos pais ou responsáveis legais.

O projeto de promoção de casamentos comunitários come-

## NÚMEROS

# 1.400

Casais participarão do casamento comunitário

# 80 mil

É o número de uniões oficializadas pelo casamento comunitário da CGJ desde 1999

# 8 mil

pessoas devem comparecer ao evento, entre noivos, padrinhos e convidados

çou em 1999, com a promoção de união (por parte da CGJ) entre casais na Praça Maria Aragão. Na ocasião, de acordo com a Corregedoria, mais de 5 mil casais tiveram suas situações conjugais reconhecidas.

Desde a implantação do projeto de casamento comunitário, mais de 80 mil uniões foram oficializadas. Na tarde de ontem, uma equipe da CGJ esteve no local do casamento de hoje para acertar os detalhes sobre a ceri-

nônia. Juízes de todo o estado levarão estar presentes ao ato.●



## Suspensos

O Tribunal de Justiça suspendeu os prazos processuais, audiências, intimações e citações, no âmbito da Justiça Estadual, em decorrência da greve dos servidores do Judiciário.

A suspensão foi definida para ocorrer até 24 horas após o término da greve ou de decisão que declare ilegal o movimento.

A decisão é de autoria da desembargadora Cleonice Freire, presidente do TJ, por meio de portaria administrativa e atende a uma solicitação feita pela OAB.

## Prazos processuais são suspensos até fim da greve dos servidores do TJMA

Os prazos processuais, audiências, intimações e citações, no âmbito da Justiça Estadual do Maranhão, estão suspensos, até 24 horas após o término da greve de servidores, ou de decisão que declare

ilegal o movimento. A medida foi tomada por meio da Portaria GP nº 1205/2015, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, nesta quinta-feira (22).

De acordo com a portaria, os prazos serão mantidos apenas nos casos de antecipações de tutela e medidas cautelares concedidas por meio de liminar. O documento atende à solicitação feita pela Ordem

dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão (OAB/MA), sob a alegação de que a deflagração do movimento grevista vem comprometendo o atendimento nas unidades jurisdicionais do Estado.

# Casamento comunitário da Corregedoria vai unir 1400 casais

A Corregedoria da Justiça realiza nesta sexta-feira (23) mais uma edição do casamento comunitário. Desta vez o órgão promete reunir cerca de 1400 casais em grande

celebração que será realizada no Centro de Convenções da UFMA, Campus do Bacanga, em São Luís.

Ao todo, são esperadas oito mil pessoas, den-

tre noivos, familiares e padrinhos, que ficarão sob a coordenação de 250 colaboradores, dentre servidores da Corregedoria e voluntários dos órgãos e entidades parcerias.

Implantado em 1999, o projeto visa a formalizar gratuitamente a união de casais em todo o Estado. Desde sua criação já são mais de 80 mil uniões oficializadas.

## **Prazos suspensos**

Os prazos processuais, audiências, intimações e citações, no âmbito da Justiça Estadual estão suspensos até 24 horas após o término da greve de servidores, ou de decisão que declare ilegal o movimento. A medida foi tomada por meio da Portaria GP nº 1205/2015, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, nessa quinta-feira (22).

De acordo com a portaria, os prazos serão mantidos apenas nos casos de antecipações de tutela e medidas cautelares concedidas por meio de liminar.

O documento atende à solicitação feita pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão (OAB/MA), sob a alegação de que a deflagração do movimento grevista vem comprometendo o atendimento nas unidades jurisdicionais do Estado.

# Judiciário transfere comemoração do Dia do Servidor Público para 30 de outubro

O Poder Judiciário do Maranhão transferiu para 30 de outubro (sexta-feira) o feriado em comemoração ao Dia do Servidor Público (28 de outubro). A medida foi instituída por meio de ato conjunto da Presidência do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (Ato GP nº 06/2015), considerando

a Portaria da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Justiça nº 5/2015.

De acordo com o documento, devido ao feriado do Dia de Finados (2 de novembro), os prazos que seriam iniciados ou concluídos em 30 de outubro ficam automaticamente prorrogados para o 3 de novembro (terça-feira).

## Condenado por tráfico é localizado pela Saisp na Cidade Operária

Foi localizado, na manhã desta quinta-feira (22), na Rua Canário, Quadra 13, Cidade Operária, na capital maranhense, Marcelo Henrique Santos dos Santos, de 31 anos, foragido da Justiça. Ele estava sendo procurado em função de um mandado de prisão por sentença condenatória, referente ao crime de tráfico de entorpecentes, expedido pela 2ª Vara de Entorpecentes, assinado pelo juiz Adelvam Nascimento Pereira. De acordo com o delegado Rodson Almeida, titular da Supervisão de Área Integrada de Segurança Pública Oeste (Saisp/Oeste), o criminoso transitava perto da casa de sua avó, no Recanto dos Pássaros, área da

Cidade Operária, quando foi avistado pela equipe de investigadores, que deram voz de prisão ao suspeito, pois já tinham conhecimento do mandado prisional em seu desfavor. Marcelo, segundo contou a fonte, é morador da Rua da Palma, no Centro Histórico de São Luís.

Atualmente, continuou relatando Almeida, ele estava trabalhando como autônomo, fazendo “bicos” como vendedor, tendo como ferramenta de trabalho um carro de mão. Há alguns anos, o abordado havia sido autuado em flagrante, sendo que sua condenação pela venda ilícita de drogas foi decretada em 10 de junho passado. (NM)



Foragido da Justiça, Marcelo Henrique foi capturado na Cidade Operária

# Estado é obrigado a nomear aprovados em concurso de 2012 para área de segurança

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão, em Ação Civil Pública, a Justiça determinou ao Estado, no dia 19, a nomeação dos candidatos aprovados como excedentes no concurso

público de 2012 para o cargo de perito criminal, os quais já realizaram o curso de formação promovido pela Academia de Segurança Pública do Maranhão.

**PAG. 2 [C1]**

## Estado é obrigado a nomear aprovados em concurso de 2012 para área de segurança

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão, em Ação Civil Pública, a Justiça determinou ao Estado, no dia 19, a nomeação dos candidatos aprovados como excedentes no concurso público de 2012 para o cargo de perito criminal, os quais já realizaram o curso de formação promovido pela Academia de Segurança Pública do Maranhão. A ação foi ajuizada pela promotora de justiça Márcia Lima Buhatem, titular da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, e a sentença, proferida pelo juiz Clésio Coelho Cunha,

da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

O prazo de cumprimento da medida é de 30 dias. Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária no valor de R\$ 10 mil. A sentença judicial determinou, ainda, a criação de núcleo de perícia no interior do estado, conforme recomendação do diagnóstico da Perícia Oficial do Maranhão, vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública, com a realização de concurso público e nomeação de servidores. Foi definida, também, a nomeação dos demais profissionais aprovados no concurso público

de 2012 e a realização de novo concurso para as vagas remanescentes, segundo mencionado pelo mesmo diagnóstico da Perícia Oficial, a fim de incrementar a quantidade necessária de funcionários em cada órgão.

Para essas duas obrigações, o Estado terá o prazo de dois anos para cumpri-las.

O concurso, lançado em 2012, ofereceu vagas para os cargos de auxiliar de perícia médica legal, escrivão de polícia, farmacêutico legista, investigador de polícia, médico legista, odontologista e perito criminal.